

O FAROL PAULISTANO.

La liberté est une enclume qui usera tous les marteaux.

QUARTA FEIRA 21 DE FEVEREIRO

OFFICIO.

Illm.^o e Exm.^o Sr. — Sendo esta Província de São Paulo talvez a unica, que ainda não tem na sua Capital uma officina Typographica, tão necessaria para dar a devida extensão ás sciencias, e fazer correr o fluxo da civilização, eu não duvido representar a V. Ex. para o fazer subir á Augusta Presença de S. M. o Imperador, a fim de que se Digne expedir as ordens necessarias para ser enviada quanto antes a esta Cidade a Imprensa, que já estava para isso destinada, e prompta com todos os caracteres, e seus pertences, e um Impressor para o seu estabelecimento, e direcção: e quando não possa vir gratuita, peço ao menos licença para a sua erecção por conta dos particulares, que não duvidão subscrever para um fim tão interessante.

Dependendo a este estabelecimento o progresso da instrucção publica, e desta a felicidade dos Imperios, por ser o objecto mais digno do cuidado dos Imperantes, visto que a proporção que crescem as luzes dos habitantes da Província, deve preserter bem a facilidade de espalhar rapidamente as ideias por meio da impressão, devo esperar que S. M. o Imperador se Dignará deferir a obediencia representação: o que será mais uma prova da sua Paternal solicitude pelo bem particular da Província, e geral prosperidade do Imperio. D. os G. á V. Ex. São Paulo 11 de Junho de 1824 — Illm.^o e Exm.^o Sr. Marianno de Pereira da Fonseca — Lucas Antonio Monteiro de Barros.

Igual representação se fez pelo Secretario de Estado dos Negocios do Imperio em 11 de Agosto do referido anno.

Foi-nos facultada a copia deste Officio, que publicamos, para que todos conheção quanta vontade tinha o Exm.^o Presidente de que houvesse Imprensa nesta Província, e quanto a politica do Ministerio, que então nos regia, tinha illudido os desejos e esperanças deste honrado Presidente, orgão, muito principalmente a este respeito, de uma das melhores porções do povo Brasileiro.

Portarias liberaes e grandiozas apparecerão no Diario Fluminense a cerca da Typografia, que para S. Paulo devia vir, mas nada de Typografia para S. Paulo! Alguns Paulistas a fizeram comprar no Rio de Janeiro, á Imprensa Nacional, porem, quando ella estava já encaixotada para embarcar, appareceu, ou se dice haver ordem em contrario. E que importa todo isso? A Cidade de S. Paulo já tem uma Typografia, e o seu tal qual Farol Paulistano. Não podemos todavia conter a nossa admiração á vista das seguintes palavras do Officio = peço licença para sua erecção por conta dos particulares, que não duvidão subscrever para um fim tão interessante = Estas linhas fazem despertar reflexões bem tristes á face da ampla faculdade que a Constituição confere a todos os Cidadãos na emissão de seus pensamentos. Será mister licença para exercer todos e quaisquer direitos constitucionaes, ou só para este é que se faz precisa? — O Redactor.

MUTILADA

10. CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor.—Ha muito que somos regidos pelo systema constitucional; e vejo que entre nos ainda existe um flagello, que nas monarchias absolutas costuma a nascer do seio das tempestades publicas, em tempos em que a razão não manda, e quando so se escutam os dictames da vingança e da suspeita: quero fallar da *Policia Geral*.

Esté poder formidavel, de invisivel força e movimento, não sei como possa ser filiado na Constituição que nos deve governar: seguramente não é rambó do legislativo, nem do moderador, nem do executivo, nem do judicial. Isto escusa de demonstrar-se; basta que reflectamos nas definições que de cada um destes poderes dá a nossa lei fundamental, para conhecermos que de nenhum se deduz tão barbara instituição. Todos elles são sujeitos a fortissimas determinadas, a restricções, n'uma palavra, obrão em virtude da lei; a *Policia* porem regé se pelo segredo e pelo terror, meio tremendo e forte, mas desconhecido da Constituição, que em tudo quer a publicidade, menos em poucos actos ministeriaes, e isso ainda temporaria e não perpetuamente. No entanto, a *Policia*, sem ser cousa alguma pela Constituição, arroga se as attribuições de quasi todos os poderes politicos: legisla, julga, e tem ao sen dispor os dinheiros nacionaes e um exercito de espias e denunciantes. Para que se não estranhe o dizer eu que a *Policia* legisla, citarei o regulamento que ha tempos deu o actual Intendente, pelo qual faz todos os cidadãos responsaveis aos seus commissarios, munindo a estes de amillissima authoridade; e consta-nos tambem que no Rio de Janeiro os cassadores pagão por sua ordem uma tacha, o que todavia ainda não verificamos; e qualquer destas cousas pertencem exclusivamente á Assembleia.

Ora, quando a *Policia* não offerecesse outro inconveniente, que o de estar fora do systema constitucional, era isso mais que sobejo para a proscrivermos; mas ella é tambem inutil, perigosa e immoral. Tratemos de o demonstrar.

Sei bem que os governos, sempre cheios de suspeitas e receios, defendem a existencia da *Policia*, dizendo que ella serve para manter a ordem, para livrar os cidadãos uns dos outros, precavendo as suas faltas e desvarios, e em fim para auxiliar a justiça na indagação dos delictos e crimes. Porem antes que a sombria e aterradora politica do Marquês de Pombal se lembrasse de semelhante medida, os juizes fazião muito bem o seu officio, e ninguém se á capaz de provar que então se commettessem mais crimes. Os casos ordinarios não são os que derão nascimento á *Policia*; os governos, que sendo ter sobre cada cidadão a mais immediata e coercitiva influencia, e temendo as luzes da civilisação que de todas as partes lhes vêm nos olhos, encobrião com o nome de *Policia Geral* este infernal systema de espionagem e de vingança. Ella (diz Mr. Berenger) illude o povo sobre os seus verdadeiros interesses: algumas vezes, com falsas noticias, destramente espalhadas, intimida os bons cidadãos, e consigne do medo o que não conseguia jamais do consentimento: esforça se em propagar principios reprovados pela razão, em

extinguir as luzes, cujo clarão por extremo vivo conturba o despotismo. Se a nação está dividida em partidos, presta soccorros ao mais favorecido do governo, ajudando a opprimir o contrario. Outras vezes, penetra no sanctuario da justiça, e com promessas ou ameaças, busca obter sentenças iniquas. Cria conspirações e delictos imaginarios, para ter occasião de os reprimir e augmentar por este meio odioso a força do governo. Se o povo se ajunta para eleger, insinua-se por entre as suas filas, para apoderar se dos votos; e se elle mostra sobejo estima para com certo candidato, que sempre deu provas de patriotismo e de independencia, cil a arremessando contra esse homem, seja embora um Aristides, todas as settas da calumnia; faz que seus gazeterios e folhetistas o difamem, e se Aristides se quizer justificar ou queixar, todas as impressas, todos os periodicos terão a prohibição de receber a sua defeza. Com o ouvido sempre á escuta, transforma em palavras sediciosas as queixas mais innocentes e ainda as mais justas: habil em aproveitar todos os meios de ler no pensamento, viola o segredo das cartas, compra os creados para delatar em os amos, e commette toda csta de perfidia. Fadigado de tanto excesso, solte o povo alguns murmuros; oh! que enchame de satelites seus, sob o falso nome de soldados, não estará com os olhos ao primeiro signal, para manejar contra os seus concidadãos armas que so se deverião tomar contra os inimigos do Estado!

Este quadro talvez pareça exagerado; mas recordemo-nos do nosso reinado de terror; isto é, do tempo que se seguiu immediatamente á dissolução da Assembleia Constituinte.

Ora, apesar destes inconvenientes, preencherá essa *Inquisição Política* o seu primitivo fim, quero dizer, terá descoberto ou acantellado as conspirações, de que tanto os governos se temem, e que fizeram nascer tão odioso aborto? Eis aqui um ponto mui digno de ser examinado. Para vos provar quanto a *Policia Geral* tem sido inutil no descobrimento das conspirações, não vos citarei argumentos extrahidos de auctores liberaes, sempre suspeitos ao partido do poder, citar-vos hei. Visconde de Chateaubriant, tão conhecido por suas ideas ultra realistas: em sua obra *A Monarchia segundo a Carta* aponta elle muitas conspirações tramadas na Franca, de que a *Policia* nunca teve o menor conhecimento; e conclue que o acedo e o zelo de alguns tem feito mais a este respeito que a *Policia Geral* com todos os seus terrores e violencias. Mr. Berenger, estriptor sumamente moderado, pergunta se elle, em alguma epoca da revolução Francesa, previu os projectos dos facciosos? Pergunta se a explosão da roa de St. Nicaise, os projectos de Mallet e de Lahori, o que houve em 1814, as insurreições de Grénoble e de Lião, de Montargis, de Blois, e de outros muitos logares, foram precavidas pela *Policia*? Em fim, para mostrarmos a sua inutilidade nas insurreições, não precisamos de ir buscar argumentos fora; digão me qual é o projecto revolucionario descoberto, ou precavido pela *Intendencia Geral da Policia*, desde a revolução de Portugal, e durante a do Brazil, que foi uma continuação della! Por certo não mo hão de apontar. Se pois a *Policia*

Gerant não serve para acantellar, ou descobrir as conspirações, fim para que foi primitivamente creada, quaes são os serviços que ella presta á nação? Em tempos tranquilos, a sua acção sobre os crimes ordinarios ou é inutil, ou se oppõe á Constituição; porque, se ella segue as formulas legais para com os suppostos reos, se os não prende sem culpa formada, se respeita as suas casas como um azilo sagrado, ahí temos os juizes, e por isso escusamos de um poder indefinido, que não entrou na organisação da lei fundamental; se, pelo contrario, prende, persegue e dá buscas, por mera suspeita, vai contra as garantias individuais, e por consequencia contra o systema actual. Ora, nas crises do Estado, quando nem sempre se podem guardar as formalidades com os suspeitos, é a *Polícia Geral* inteiramente inutil, porque, como se suspende o *habeas corpus*, os mesmos juizes tem auctoridade de obrar nessas casas com toda a presteza e vigor.

A *Polícia Geral* é perigosa, disse eu, e com effeito, não só é perigosa, é ate perigosissima. O seu chefe acumula um poder immenso; é como um ministro que em si absorve as attribuições de todos os outros, e obra sempre independente: tem um exercito secreto á sua disposição, e o mysterio é da essencia do seu emprego. Figuremos o Intendente da *Polícia* um traidor (Advirto que fallo em geral, e não de homem algum em particular, fallo da instituição, e não dos individuos): nesta hypothesei, diz o *Vicconde de Chateaubriant*, como os reprimidos do governo está entre suas mãos, elle conhece lhos fracas, os pontos por onde pode ser atacado. Uma ordem emanada do seu escriptorio pode engendrar todas as forças legais. Os seus agentes trabalham sem segurança, meditam nos meios, são avisados no momento favoravel. Em quanto adormece o governo, podem os conspiradores ser advertidos de tudo que lhes importa saber. E sem risco elle trava uma correspondencia com os inimigos da patria, de baixo do sello inviolavel do seu ministerio; e pela multidão de agentes invisiveis os pode pôr ao alcance do intimo arcano do gabinete do monarcha. Acrescentai a isto a influencia que adquire o chefe da *Polícia*, podendo dispender grossas quantias, sem que seja obrigado a justificar o seu bom emprego, nem a nomear os homens a quem tem pago esses infames serviços.

Não se diga que esta reesio é vão. Em França ja se empregarão homens a vigiar sobre a *Polícia*, e por esta dobrada espionagem, é que o throno recalmava o temor em que fluctuava. Bonaparte, apesar das suas precauções, se viu obrigado a temer a, a ponto de se não atrever a dimittir, um chefe dessa repartição que se lhe tinha tornado suspeito. E quem nos affiança que não venha a acontecer no Brasil o mesmo que ja aconteceu em outra parte? Então, qual será o conspirador que em si tenha tanta força e meios para chegar a seus fins? A vista destas razões, não sei como se possa negar que esta instituição é perigosissima ao Estado e ao monarcha.

Dos pontos que me propuz a demonstrar, o terceiro me parece mais facil. A marcha da *Polícia* gera a immoralidade no seio da nação. Ella não se serve da lei para descobrir e julgar dos crimes;

a espionagem é o seu arrimo. É mister que va comprar o criado, a fim que este venda a seu amo; que seduza o filho, a fim que este entregue a seu pae; que arme laços á amizade; á innocencia. Se a fidelidade se cala, a *Polícia* a persegue por esse mesmo silencio que se obstina em guardar. Isto, diz *Chateaubriant*, é recompensar o crime, e castigar a virtude. Mas aqui não pára a corrupção: ella favorece o despotismo, e sempre em acção, trabalha de continuo pôr destruir quanto se oppõe aos ataques do poder; e a todos que se distinguem na delção, na espionagem, concede com dignidade, com insignias, como para dar honras ao crime, e confundir com as acções de um infame as do varão prestatu te e virtuoso, a quem o governo também premeia com os mesmos distinctivos. Ainda mais, a *Polícia* para seus fins busca peitar os magistrados, e conseguê desvairá-los; e eis um meio de propagar efficazmente a immoralidade, e ir envenenar as fontes donde se distribue a justiça aos membros da sociedade. E por desgraça esta contegio tem lavado muito em to as as nações que admittem uma tal instituição: o terror, a ambição faz dos magistrados uns satelites desse poder formidavel; e as nobres excepções são bastantemente raras. Que se deve pois esperar de nma instituição que tende a corromper aquelles de quem deve manar ao povo a moral e bons principios? Quantas vezes os magistrados não tem sido constrangidos a receber o depoimento de testemunhas, que ao mesmo tempo forão os delatores da victima? Em fim, a lei é nada no tribunal da *Polícia*; de baixo do especioso véo da *salvação da Patria*, ella esquece os deveres mais santos, e conduz ao patibulo centenas de infelizes. Conhecendo a sua inutilidade, para se fazer necessaria, se aproveita das calamidades publicas; e quando o acaso tem descoberto um conluio, ou os bons cidadãos tem opposto barreiras e vencido os rebeldes e perturbadores, ella se assenhoreia do campo, escurta e desenvolve todas as dobras da rebelião, e qual a ave de rapina sobre os cadáveres, se lança sobre os culpados, que então ja não são temiveis, e devem ser julgados segundo o rigor e a equidade das leis; e para mais ostentar de zelosa, acrescenta aos verdadeiros crimes crimes imaginarios, tudo em ordem a encobrir a confusão em que se acha de se ter mostrado incapaz de precaver a conspiração que se tramou de baixo dos seus proprios olhos. Nesse momento nada lhe é sagrado: pais, mães, filhos, irmãos, amigos, tudo procura afervorar e corromper; e vê em cada cidadão em delator e uma testemunha falsa. Nestes tempos, na nossa mesma patria, não temos visto semelhantes exemplos? Appello para as consciencias dos Brasileiros; e depois perguntar-lhes he' se não é immoral uma instituição que obriga a tantos crimes, a tanta corrupção?

Se pois é inconstitucional, inutil, perigoso e immoral esse poder invisivel, porque os legisladores o hão de consentir? Confiramos na sabedoria da Assembleia; e os projectos que na sessão passada ja apparecerão a este respeito, alimentão as esperanças que temos de ver o Brasil sem esse fiavello.

Mas, Sr. Redactor, assás tenho falla o da

MUTILADA

12
Intendencia Geral da Policia; e apesar da promessa que me faz de não declarar o meu nome, e da cautella que tive de examinar se na escada havia algum embuçado, se no quarto immediato se em que eu escrevia, se apontava algum espia; apesar, digo, de todo o cuidado em encobrir me, temo que a Policia ja o saiba, e tenha o meu nome inscripto no seu livro negro. Mas em fim a Constituição me dá uma taboa em que me pertendo salvar: oh Jurados! oh sagrada instituição! em vós descanso, e á sombra da vossa rectidão vou entregar-me ao sono, que a não serdes vos, hoje fugeria dos vossos olhos.—Do seu criado

O Tranquillo.—

Participamos aos Meritissimos Magistrades desta Cidade, que é mui grande o geral a queira do publico contra o Contador e Distribuidor o Sr. Beltrão, o qual mais rezide, dizem, nas duas Chacras que possui, do que na Cidade, donde deve ser sua effectiva residencia. Esperamos que o Sr. Beltrão renunciando a prol do publico, aos seus recreios ou ainda interesses campezinos, queira habitar mais perto dos que a'elle precisão, e a quem ella se comprometteo a servir. Toca porem aos Meritissimos Magistrados dar as providencias no caso de serem validadas nossas esperanças.

Estamos de posse de uma correspondencia a cerca do miseravel estado a que se acha reduzido o Chafariz desta Cidade, mas não lhe podemos dar lugar em o presente n.º, porque nos foi antes de hontem entregue. É lastima, que assim se deixe arruinar uma obra tão util, e que tanto dinheiro, bem e mal gasto, custou a Nação. Confiamos no muito zelo, e actividade da Camara desta Cidade, que logo mandará concertar o dito Chafariz.

Sr. Aprendiz de Ferreiro—

Temos á vista a sua carta acerca da Proposta no Regimento da Cavallaria n.º 17, a qual recebemos hontem á noite, e por sua importancia muito nos peza que não podesse ser hoje publicada para advertir ao Exm.º Presidente do lego que está armado (segundo v. m. diz) á sua rectioão. Mas de balde: o Exm.º Presidente terá o cuidado de examinar bem todas as propostas, e indagará minudamente as circumstancias em que se achão todos e cada um dos individuos, que as compõem; e não terá a lei a menor quebra.—O Reductor.

Resumo das noticias estrangeiras tirado tanto de cartas particulares, como de papeis publicos.

Em Portugal na Provincia do Alentejo a cinco leguas de Portel houve uma acção entre os Constitucionaes e os servis, no dia oito de Dezembro. Os constitucionaes obrigarão os inimigos a fugir para a Hespanha.—Tam havido outros differentes

choques, tudo per influencia do Governo Hespanhol.—

A Inglaterra toma parte á favor da Carta Constitucional; e sintimes o não podermos dar por extenso o discurso, que a este respeito fez o eloquente Ministro Canning, do qual com tudo transcrevemos as seguintes passagens: "O nosso dever é voár á defesa de Portugal, seja qual for o invasor.—Internamente arranjem os Portuguezes as suas cousas; porem força externa, em quanto a Inglaterra tiver um braço para levantar em sua defesa, não se ha de empregar para dominar as opinioes do povo Portuguez. Verdade é que ainda se não dirigio abertamente força externa contra Portugal; mas que se pode dizer de uma força que procura outros canaes, toma outras figuras, abre caminho para Portugal; esforça se em mudar seu caracter de desordem externa em interna, empregando renegados, e rebeldes com as suas proprias armas? Usou a Hespanha desta força? Não entro na questião se a aggressão procedeo de um Governo, que obra com deliberação e providencia, (e quando cessa de assim obrar deixa de ser um governo) ou se obra de alguns agentes facciosos, fanaticos que regem os conselhos do governo, que o desafião na Capital, e desobedecem na fronteira. Em todo caso defendemos Portugal; não imos alli vingar a aggressão; mas conserval o. Arvoremos alli nosso Estantarte; e onde está arvorado o Estantarte da Inglaterra não ousa entrar dominio estrangeiro.—Este discurso foi quando Canning foi appresentor á Camera dos Communs a Mensagem de S. M. B. na qual pede a cooperação das Camaras para se poder sustentar Portugal contra a perfdida invasão auxiliada pelo Governo Hespanhol.

Perguntaremos de passagem aos nossos Leitores: são os liberaes ou os servis quem pertinha a ordem publica em Portugal?

Preços correntes dos Generos desta Provincia, no Rio de Janeiro

Assucar fino	2: 200	arrob
redondo	1: 900	
mascavo	1: 600	
Café primeira qualidade	3: 000	
segunda boa	2: 900	
ordinria	2: 300	
eseolha	1: 700	
Arros	6: 000	sac
Agu'ardente de cana	48: 000	pip
cachaça	46: 000	

Em Santos

Assucar fino	1: 900	arrob
redondo	1: 600	
mascavo	1: 350	

ANNUNCIO.

No armazem de José Antonio Martins, na rua do Rosario n.º 57, vendem se barris de vinho de Lisboa, de 35 alm. es por 14: 000 reis; uma garrafa de mesmo, restituindo se a garrafa, custa 180, e ficando, custa 290. Uma garrafa de vinho branco da - se por 240; e om a garrafa por 360. Vinho do Porto engarrasado des e 1817 dá se por 400 reis; e ficando a garrafa, por 520. Tam-bem ha outros vinhos brancos de differentes qualidades engarrasados.

S. PAULO NA IMPRENSA DE ROA E C

MUTILADA